Nova economia acelera demanda pelo aprendizado ambiental
Luciano Martins Costa

A questão ambiental, com seu potencial de visões apocalípticas, oferece grandes oportunidades de negócios que, por sua vez, geram empregos e exigem novas capacitações profissionais. Não apenas nas óbvias posições de auditores ambientais, técnicos em manejo sustentável de florestas ou nas atividades especializadas, como a modelagem de plumas de hidrocarbonetos e organoclorados. A necessidade de adequar as atividades econômicas aos novos parâmetros de respeito ao patrimônio ambiental tende a transformar a temática e a natureza do ensino profissionalizante.

As novas normas para atividades industriais em geral, já existentes, e os modelos específicos de monitoramento que brotam no cenário pós-Copenhague, aceleram a demanda por aprendizados. O mercado começou a oferecer recentemente cursos de interpretação e aplicação da norma NBR 14001, de padrões ambientais, e da norma AS 8000, sobre responsabilidade social. Proliferam também os cursos de gestão ambiental, que propiciam capacitação básica em administração voltada para os novos processos ambiental e socialmente adequados.

E muito mais vem por aí. Não se fala aqui só em produzir mais técnicos habilitados a elaborar estudos e relatórios de impacto ambiental, ou de fiscalizar sua eficácia, mas de uma transformação na essência da formação profissional. Como a preocupação com o aquecimento global é apenas o elemento detonador de um processo de mudanças, esse aprendizado se apresenta como o ponto de partida para uma espiral de capacitações cuja consolidação ainda não se pode prever.

Convencionando-se que há uma nova economia em gestação, associada aos desafios ambientais, deve-se observar que a velha economia ganhava com a depreciação do conhecimento. Depreciava-se a tecnologia até virar sucata, da mesma forma que se explorava o conhecimento até muito depois de superado. Era possível seguir numa carreira por décadas, apenas incrementando o conhecimento já adquirido.

O antigo cenário, do ganho financeiro individual à revelia de custos ambientais e sociais compartilhados, tende a se transformar em um jogo no qual a atividade econômica venha a produzir também resultados sociais e os danos ambientais sejam evitados ou diminuídos. Nesse cenário, ganha competitividade quem inova, não somente em termos tecnológicos, mas principalmente em gestão e processos. O conceito de inovação conecta-se à necessidade de novos aprendizados, ou seja, o aprendiz tem que se compenetrar da necessidade de inovar na maneira de aprender.

Não se trata de agregar mais do mesmo, mas de utilizar o conhecimento para a evolução da consciência. As especialidades que surgem em função de necessidades e demandas coletivas exigem o desenvolvimento dessa visão estratégica. A busca da sustentabilidade exige que os envolvidos na atividade produtiva saibam pensar estrategicamente. Os saberes magistrais e dogmáticos precisam de flexibilidade diante dessa dinâmica e de uma nova relação custo-benefício do conhecimento, na qual o ganho não pode ser apenas do indivíduo que aprende.

Fonte: Brasil Econômico, São Paulo, 17 dez. 2009, Primeiro Caderno, p. 19.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais